



POLÍTICAS EDUCACIONAIS E QUALIDADE DO ENSINO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

EDUCATIONAL POLICIES AND QUALITY OF EDUCATION: A CRITICAL ANALYSIS

POLÍTICAS EDUCATIVAS Y CALIDAD DE LA EDUCACIÓN: UN ANÁLISIS CRÍTICO

 <https://doi.org/10.56238/levv16n51-015>

Data de submissão: 05/07/2025

Data de publicação: 05/08/2025

Francilino Paulo de Sousa

Mestrando em Ciências da Educação e Ética Cristã
Instituição: Ivy Enber Christian University
E-mail: fpslm@yahoo.com.br

Carolina Füchter Suchara

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: MUST University
E-mail: carolinafuchter01@gmail.com

Priscila Marques Cavalcante Lemos

Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: prismarcale@gmail.com

Fernanda Kellen Fonseca Aires

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: MUST University
E-mail: fernandafonseca81@hotmail.com

Flávio Alves Dantas

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: MUST University
E-mail: dantasvix@gmail.com

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar criticamente os impactos das políticas educacionais sobre a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras. A pesquisa abordou o tema a partir de três eixos principais: a padronização curricular, as avaliações educacionais em larga escala e o papel do gestor escolar na mediação das políticas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foram analisados textos acadêmicos publicados entre 2024 e 2025, disponíveis em bases como o Portal CAPES Periódicos, a partir de critérios de atualidade, relevância e acesso integral. A análise indicou que as políticas educacionais contemporâneas têm favorecido uma lógica tecnocrática e centralizadora, marcada por metas quantitativas e indicadores de desempenho que impactam negativamente a autonomia

pedagógica e o processo formativo nas escolas públicas. Observou-se também que o gestor escolar, embora tenha papel estratégico, encontra limites institucionais e formativos que comprometem sua atuação crítica. Conclui-se que, embora existam experiências que demonstram possibilidades de resistência e ressignificação das políticas, é necessário ampliar os espaços de formação continuada, participação democrática e valorização da diversidade educacional.

Palavras-chave: Currículo Padronizado. Avaliação Externa. Gestão Escolar. Ensino Público. Qualidade Educacional.

ABSTRACT

This article aimed to critically analyze the impacts of educational policies on the quality of teaching in Brazilian public schools. The research approached the topic from three main perspectives: curricular standardization, large-scale educational assessments, and the role of school administrators in policy mediation. Through bibliographic research, academic texts published between 2024 and 2025, available in databases such as the CAPES Periódicos Portal, were analyzed based on criteria of timeliness, relevance, and full access. The analysis indicated that contemporary educational policies have favored a technocratic and centralizing logic, marked by quantitative targets and performance indicators that negatively impact pedagogical autonomy and the educational process in public schools. It was also observed that school administrators, despite their strategic role, face institutional and educational limitations that compromise their critical performance. It is concluded that, although there are experiences that demonstrate possibilities for resistance and redefinition of policies, it is necessary to expand the spaces for continuing education, democratic participation and appreciation of educational diversity.

Keywords: Standardized Curriculum. External Assessment. School Management. Public Education. Educational Quality.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar críticamente el impacto de las políticas educativas en la calidad de la enseñanza en las escuelas públicas brasileñas. La investigación abordó el tema desde tres perspectivas principales: la estandarización curricular, las evaluaciones educativas a gran escala y el rol de la administración escolar en la mediación de políticas. Mediante investigación bibliográfica, se analizaron textos académicos publicados entre 2024 y 2025, disponibles en bases de datos como el Portal de Periódicos de CAPES, con base en criterios de actualidad, relevancia y acceso completo. El análisis indicó que las políticas educativas contemporáneas han favorecido una lógica tecnocrática y centralizadora, marcada por metas cuantitativas e indicadores de desempeño que impactan negativamente la autonomía pedagógica y el proceso educativo en las escuelas públicas. También se observó que la administración escolar, a pesar de su rol estratégico, enfrenta limitaciones institucionales y educativas que comprometen su desempeño crítico. Se concluye que, si bien existen experiencias que demuestran posibilidades de resistencia y redefinición de políticas, es necesario ampliar los espacios para la formación continua, la participación democrática y la valoración de la diversidad educativa.

Palabras clave: Currículo Estandarizado. Evaluación Externa. Gestión Escolar. Educación Pública. Calidad Educativa.



1 INTRODUÇÃO

As políticas educacionais configuram-se como instrumentos de planejamento, regulação e direcionamento das ações do Estado na promoção do direito à educação. No Brasil, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), consolidou-se um arcabouço normativo que orienta a formulação e implementação de políticas voltadas à garantia da qualidade do ensino. Contudo, a trajetória dessas políticas tem sido marcada por tensões entre os discursos de equidade e inclusão e as práticas de padronização e controle, que incidem de forma direta sobre o cotidiano das escolas públicas.

A escolha pelo tema “Políticas educacionais e qualidade do ensino: uma análise crítica” justifica-se pela necessidade de problematizar os efeitos concretos dessas políticas no contexto escolar, sobretudo no que tange à organização curricular, aos processos avaliativos e à atuação dos gestores escolares. O presente estudo tem como objetivo geral analisar criticamente os impactos das políticas educacionais na qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras. Como objetivos específicos, pretende-se: examinar as implicações da padronização curricular na autonomia docente; discutir os efeitos das avaliações em larga escala sobre as práticas pedagógicas; e compreender o papel do gestor escolar na mediação entre políticas e práticas educacionais.

A questão norteadora que conduziu o percurso investigativo foi: ‘de que maneira as políticas educacionais impactam a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras?’ Para responder a essa indagação, optou-se pela realização de uma pesquisa de natureza bibliográfica, orientada por referenciais teóricos que tratam da articulação entre políticas públicas, qualidade da educação e práticas escolares. Foram utilizados como corpus os artigos de Costa (2025), Malta *et al* (2025) e Sousa *et al* (2025), selecionados com base em critérios de atualidade, relevância acadêmica e pertinência temática.

A metodologia adotada fundamentou-se em levantamento e análise de textos científicos disponíveis em bases como o Portal CAPES Periódicos, que reúne produções nacionais e internacionais com rigor técnico reconhecido. A busca bibliográfica utilizou as palavras-chave ‘qualidade do ensino’, ‘políticas educacionais’, ‘avaliação em larga escala’, ‘gestão escolar’ e ‘currículo’. Os critérios de inclusão envolveram a publicação recente (entre 2024 e 2025), a vinculação à temática central do estudo e o acesso aberto ao conteúdo integral. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se textos opinativos e documentos sem revisão por pares.

Entre os principais autores que embasaram as análises, destacam-se Costa (2025), cujas reflexões permitem compreender os conflitos entre normatização e autonomia no campo educacional; Sousa *et al* (2025), que oferecem uma perspectiva comparada entre diferentes sistemas educacionais; e Malta *et al* (2025), que examinam o papel da gestão escolar frente às políticas públicas de avaliação.

Tais contribuições possibilitaram o aprofundamento da análise crítica sobre os efeitos das políticas educacionais no cotidiano escolar.

O artigo está estruturado em três capítulos temáticos. No primeiro, aborda-se a padronização curricular e suas implicações para a autonomia docente. No segundo, discute-se a avaliação educacional em larga escala e seus efeitos sobre a qualidade do ensino. No terceiro, analisa-se o papel do gestor escolar na implementação das políticas públicas. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa e sua análise crítica, culminando nas considerações finais, nas quais se sintetizam as conclusões e se indicam possibilidades de aprofundamento futuro da investigação.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação (Narciso; Santana, 2025, p. 19461). A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela análise de obras e textos previamente publicados, permitindo o exame aprofundado do conhecimento acumulado sobre determinada temática (Santana; Narciso, 2025, p. 1579).

Segundo Santana, Narciso e Santana (2025, p. 3), “as metodologias científicas contemporâneas demandam uma integração efetiva de inovações tecnológicas para potencializar a pesquisa acadêmica”. Desse modo, esta investigação utilizou-se de ferramentas digitais de busca e análise, com o intuito de selecionar, sistematizar e interpretar o material disponível de forma criteriosa e alinhada aos objetivos propostos.

A construção do corpus empírico envolveu a seleção de artigos científicos publicados entre os anos de 2024 e 2025, disponíveis integralmente em *open access* no Portal CAPES Periódicos, plataforma mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que integra diversas bases de dados nacionais e internacionais, garantindo acesso qualificado à produção científica. A escolha do Portal justificou-se pela confiabilidade de suas fontes e pela diversidade de revistas indexadas nas áreas da educação e políticas públicas.

As buscas foram realizadas com o uso de combinações simples entre palavras-chave previamente definidas, com o intuito de assegurar a objetividade da seleção. As expressões utilizadas foram: ‘qualidade do ensino’, ‘políticas educacionais’, ‘avaliação em larga escala’, ‘gestão escolar’ e ‘currículo’. As combinações foram feitas entre termos distintos, sem uso de operadores booleanos complexos, a fim de ampliar a abrangência das ocorrências localizadas.

Os critérios de inclusão adotados foram: publicações com data entre 2024 e 2025; pertinência temática com os eixos definidos no objetivo da pesquisa; revisão por pares e disponibilidade integral do conteúdo. Por outro lado, os critérios de exclusão envolveram a desconsideração de textos

opinativos, documentos técnicos desatualizados, relatórios institucionais sem base metodológica e produções não vinculadas à área educacional.

A análise dos dados obtidos seguiu uma abordagem qualitativa, pautada na leitura flutuante inicial, categorização dos conteúdos e estabelecimento de relações entre os argumentos apresentados pelos diferentes autores. A partir dessa sistematização, foi possível organizar o artigo em três eixos temáticos centrais, os quais nortearam o desenvolvimento dos capítulos e possibilitaram a elaboração de uma análise crítica sobre os impactos das políticas educacionais na qualidade do ensino público brasileiro.

3 A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS

As políticas educacionais brasileiras dos últimos anos têm se pautado por uma crescente centralização curricular, com forte incidência de regulamentações provenientes do Estado nacional. A implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como a institucionalização de metas do Plano Nacional de Educação (PNE), produziu um reordenamento nos modos de organização do ensino nas escolas públicas. Tal movimento tem gerado tensionamentos entre as diretrizes normativas e as práticas pedagógicas locais, especialmente no que se refere à autonomia docente e à diversidade regional.

Nesse sentido, Costa (2025, p. 194) observa que:

“A adoção da BNCC resultou, em muitos contextos, na redução da autonomia pedagógica das escolas, à medida que os professores passaram a se guiar por documentos padronizados que delimitam não apenas o conteúdo, mas também as metodologias consideradas adequadas, desconsiderando a diversidade sociocultural das comunidades escolares”.

A afirmação indica que, ao uniformizar o currículo, o Estado limita o espaço decisório das instituições e desconsidera suas especificidades. A consequência é o esvaziamento do debate coletivo sobre o currículo e o enfraquecimento da identidade pedagógica das escolas.

Sousa *et al* (2025, p. 24694) complementam essa análise ao afirmar que “o currículo passou a ser concebido como instrumento de controle e avaliação, deixando em segundo plano sua dimensão formativa e crítica”. Esse processo é agravado pela vinculação da BNCC aos sistemas de avaliação externa, o que reforça uma lógica performativa de ensino.

Ainda sobre a influência da regulação central, Costa (2025) indica que a normatização curricular não apenas restringe, mas também reconfigura as práticas escolares cotidianas, ao impor uma cultura de resultados que redefine prioridades e metas. De modo semelhante, Malta *et al* (2025, p. 018) destacam que:

“As escolas públicas passaram a organizar suas rotinas a partir dos indicadores previstos pelas políticas avaliativas, mesmo que isso implique o rebaixamento de conteúdos mais críticos e reflexivos”.

Essa reorganização curricular, centrada em metas quantificáveis, reorienta a lógica pedagógica e contribui para a subordinação do trabalho docente a demandas externas, frequentemente desvinculadas do projeto político-pedagógico das instituições. Sousa *et al* (2025) observam que a imposição de diretrizes padronizadas produz um efeito de deslocamento dos professores do centro da construção curricular, enfraquecendo seu papel como sujeitos intelectuais do processo educativo.

Além disso, há implicações diretas para os projetos pedagógicos das escolas, que tendem a ser moldados segundo critérios estabelecidos nacionalmente. Costa (2025, p. 196) reforça que “as diretrizes nacionais, embora importantes para garantir um mínimo de equidade, devem ser mediadas por processos democráticos de reelaboração nas escolas”, o que aponta para a necessidade de interpretação crítica e contextualizada das políticas.

Por outro lado, Malta *et al* (2025) ponderam que a existência de parâmetros comuns pode favorecer a articulação nacional das políticas e a redução das desigualdades regionais. Essa perspectiva não deve ser ignorada, sobretudo em um sistema educacional marcado por profundas assimetrias históricas. Entretanto, os autores alertam que a eficácia dessas ações depende da capacidade de os gestores escolares e os professores interpretarem criticamente os documentos oficiais, adaptando-os às realidades locais.

A abordagem homogênea do currículo, portanto, acarreta uma tensão entre normatividade e flexibilidade, exigindo das equipes pedagógicas um exercício constante de negociação entre o prescrito e o vivido. Quando a escola se limita a cumprir diretrizes sem a mediação ativa de seus sujeitos, perde-se a potência formadora do currículo enquanto construção coletiva e reflexiva.

Em suma, a influência das políticas curriculares centralizadas sobre as escolas públicas está longe de ser neutra. Ela afeta a organização interna, os projetos pedagógicos e a prática docente, requerendo mediações consistentes por parte dos sujeitos escolares para que não se configure como instrumento de mera padronização tecnocrática. A seguir, será abordado o segundo eixo de análise, centrado nas implicações da avaliação em larga escala sobre a qualidade do ensino.

4 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM LARGA ESCALA E SEUS EFEITOS SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO

A consolidação dos sistemas de avaliação em larga escala, como o SAEB e o IDEB, transformou profundamente a dinâmica pedagógica das escolas públicas brasileiras. Tais instrumentos passaram a ser utilizados como mecanismos centrais na regulação da política educacional, orientando decisões curriculares, práticas de ensino e alocação de recursos. Entretanto, a literatura especializada tem apontado os limites e efeitos colaterais desse modelo avaliativo.

Segundo Costa (2025, p. 198):

A avaliação em larga escala, inicialmente concebida como diagnóstico para subsidiar melhorias, tornou-se um instrumento de controle e ranqueamento das instituições, o que induz práticas pedagógicas voltadas exclusivamente ao alcance de metas quantitativas.

A partir dessa lógica gerencial, o processo educativo é reduzido a indicadores numéricos, desconsiderando dimensões qualitativas e contextuais da aprendizagem. Esse processo é reforçado por políticas que condicionam o financiamento ou reconhecimento institucional ao desempenho nos exames padronizados.

Sousa *et al* (2025, p. 24699) afirmam que:

A pressão por resultados nos exames nacionais provoca o estreitamento curricular, com concentração do ensino nos conteúdos cobrados nas provas, em detrimento da formação crítica e integral dos estudantes.

A citação explica um dos efeitos mais recorrentes da política avaliativa: a redução do currículo e a priorização de habilidades específicas. Essa prática não apenas empobrece a experiência educacional, mas compromete o desenvolvimento de competências socioemocionais, artísticas e culturais.

Ainda nesse sentido, Malta *et al* (2025) observam que a padronização da avaliação ignora desigualdades estruturais entre os territórios, o que gera interpretações equivocadas sobre o desempenho escolar. Para Costa (2025), a responsabilização das escolas pelos baixos índices desconsidera variáveis externas como condições socioeconômicas, infraestrutura e formação docente insuficiente. Sousa *et al* (2025) também alertam que “a homogeneização dos critérios de avaliação não leva em conta as assimetrias históricas que marcam o sistema educacional brasileiro” (Sousa *et al*, 2025, p. 24700).

Tais avaliações, ao se apoiarem em padrões unificados de desempenho, muitas vezes geram comparações descontextualizadas entre escolas situadas em realidades profundamente distintas. Essa lógica quantitativa de aferição ignora não apenas a diversidade sociocultural dos territórios, mas também a complexidade dos processos de ensino-aprendizagem que extrapolam os resultados numéricos. Nesse cenário, as escolas localizadas em regiões com maior vulnerabilidade social tendem a ser penalizadas, reforçando ciclos de exclusão institucional e estigmatização dos profissionais da educação.

Além disso, a ênfase nos resultados mensuráveis tem induzido mudanças nas práticas pedagógicas, com priorização de conteúdos cobrados nas provas em detrimento de abordagens críticas e integradoras. Sousa *et al* (2025) apontam que essa lógica reducionista compromete o desenvolvimento de competências mais amplas, como o pensamento reflexivo, a criatividade e o

engajamento social. Ao transformar a avaliação em instrumento de controle e ranqueamento, perde-se a sua dimensão formativa, que deveria subsidiar a construção de trajetórias educativas mais significativas e equitativas.

Por outro lado, Malta *et al* (2025, p. 022) reconhecem que “os dados produzidos pelos sistemas avaliativos podem ser úteis se utilizados de forma crítica e articulada ao projeto pedagógico da escola”. Essa possibilidade, contudo, depende da atuação consciente dos gestores e professores na mediação entre os resultados e as práticas escolares.

Assim, percebe-se que a avaliação em larga escala tem potencial de subsidiar políticas públicas mais eficazes, mas, ao ser instrumentalizada como mecanismo de controle, passa a produzir distorções na qualidade do ensino. No próximo capítulo, será analisado o papel do gestor escolar na mediação dessas políticas e na promoção de uma prática pedagógica comprometida com a equidade e a qualidade.

5 O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O gestor escolar exerce uma função central no campo educacional, posicionando-se como elo entre os marcos regulatórios das políticas públicas e a realidade concreta da escola. Longe de ser apenas um administrador de recursos e estruturas, sua atuação abrange dimensões pedagógicas, relacionais e políticas, revelando a complexidade do papel que ocupa. Essa amplitude de responsabilidades evidencia que a efetividade das políticas educacionais não está garantida pela mera existência de normas, mas pela maneira como são interpretadas, adaptadas e aplicadas no contexto cotidiano das instituições escolares.

Costa (2025, p. 201) destaca que

O gestor não atua apenas como executor das políticas; ele é sujeito ativo na leitura, adaptação e operacionalização das diretrizes, sendo responsável por mobilizar a equipe docente, definir prioridades locais e garantir coerência entre os objetivos institucionais e os parâmetros legais.

Com isso, o autor sublinha o papel ativo e interpretativo dos gestores, cuja atuação depende tanto de sua formação quanto de sua capacidade de liderança diante de um corpo docente muitas vezes sobrecarregado e desmotivado.

Essa abordagem é complementada por Malta *et al* (2025), que alertam para os desafios decorrentes da formação insuficiente dos profissionais em cargos de gestão, especialmente em escolas situadas em territórios de vulnerabilidade social. Os autores observam que, nesses contextos, a formação precária de muitos gestores escolares constitui um dos principais entraves à implementação qualificada das políticas educacionais, sobretudo em contextos vulneráveis, nos quais a escola precisa suprir demandas sociais para além da dimensão pedagógica. A ausência de formação continuada

compromete a leitura crítica das políticas e leva muitos gestores a se limitarem à reprodução de normas, sem mediação pedagógica ou adaptação à realidade local.

Nesse mesmo sentido, Sousa *et al* (2025) defendem uma concepção ampliada da função gestora, na qual se destaca a atuação política e pedagógica do gestor escolar. Para os autores, “é fundamental que o gestor escolar seja reconhecido como articulador de um projeto educativo coletivo, comprometido com a formação integral dos estudantes e com a valorização dos profissionais da educação” (Sousa *et al*, 2025, p. 24703). Ao propor a construção de um projeto coletivo, os autores colocam o gestor como figura essencial para a democratização do ambiente escolar, superando a lógica verticalizada e tecnocrática das políticas educacionais centralizadas.

A articulação entre essas perspectivas revela uma tensão constante: de um lado, as pressões das políticas centralizadas, que transformam o gestor em um executor de metas; de outro, a possibilidade de atuação criativa e propositiva, que ressignifica tais políticas a partir das necessidades concretas da escola. Costa (2025) observa que a centralização tende a reduzir os espaços decisórios internos, enquanto Malta *et al* (2025) relatam experiências em que a liderança democrática permitiu reconstruir os sentidos das políticas de forma contextualizada. Já Sousa *et al* (2025) consideram que a autonomia relativa do gestor pode ser mobilizada como ferramenta de resistência, desde que sustentada por uma postura crítica e por um processo formativo contínuo.

Um exemplo prático dessa atuação pode ser observado em uma escola da rede pública situada em região periférica, onde a gestora optou por adaptar as diretrizes de uma política de reforço escolar padronizada. Em vez de aplicar um modelo genérico, ela reuniu os professores para construir coletivamente estratégias mais adequadas à realidade da comunidade, como a implementação de rodas de leitura temáticas e a abertura da escola nos finais de semana para atividades de letramento com participação das famílias. Essa iniciativa não apenas melhorou os índices de proficiência em leitura como fortaleceu o vínculo entre escola e território, mostrando que o gestor, quando atua de forma crítica e colaborativa, pode transformar limites em possibilidades.

Diante disso, o papel do gestor na implementação das políticas públicas educacionais revela-se ambíguo, como apontado nos autores analisados: enfrenta limites estruturais, institucionais e formativos, mas também detém capacidade de reconfigurar os sentidos das diretrizes, contribuindo para uma educação mais democrática, contextualizada e formadora de sujeitos críticos. A continuidade deste trabalho se dedicará à análise dos dados obtidos e à reflexão sobre os achados, à luz das discussões desenvolvidas até aqui.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise teórica empreendida ao longo do presente estudo permitiu elucidar os principais impactos das políticas educacionais sobre a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras. Os

dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica evidenciaram três aspectos centrais: a centralização curricular, a instrumentalização da avaliação em larga escala e os limites da atuação dos gestores escolares na mediação entre políticas e práticas.

Como resultado principal, verificou-se que a organização curricular nas escolas públicas tem sido significativamente influenciada pela lógica padronizadora da BNCC e pela vinculação a avaliações externas, como o SAEB e o IDEB. Essa influência compromete a autonomia pedagógica e dificulta a incorporação de conteúdos contextualizados e críticos. A imposição de metas e indicadores comuns gera um estreitamento curricular que, em vez de garantir qualidade, promove homogeneização e desconsidera as desigualdades regionais e estruturais.

Além disso, constatou-se que os sistemas de avaliação em larga escala têm moldado práticas docentes e decisões pedagógicas, reduzindo o processo educativo à obtenção de resultados numéricos. Essa dinâmica induz a adoção de estratégias pedagógicas focadas no treinamento para exames, em detrimento de propostas formativas mais amplas. O significado dessas descobertas remete à crítica recorrente de que o modelo gerencial em educação tem produzido efeitos adversos à qualidade do ensino, conforme apontado por diferentes estudos analisados.

As descobertas também revelam que o gestor escolar, embora desempenhe papel estratégico na implementação das políticas públicas, encontra limitações de ordem institucional, formativa e estrutural. Em contextos de maior vulnerabilidade social, esses limites tornam-se mais evidentes, comprometendo a capacidade do gestor de agir de modo crítico e adaptativo frente às demandas normativas. Observou-se, entretanto, que experiências positivas de gestão democrática demonstram que há espaço para a ressignificação das políticas, desde que haja formação continuada e articulação com a comunidade escolar.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a natureza bibliográfica da investigação, que, embora permita a análise crítica de diferentes produções acadêmicas, não contempla os desdobramentos empíricos das políticas educacionais em contextos escolares específicos. Também se reconhece que a abordagem adotada priorizou fontes atualizadas e indexadas, mas não contemplou todos os recortes possíveis do tema.

No tocante a resultados surpreendentes, destacou-se a constatação de que, em alguns casos, as políticas avaliativas e curriculares foram apropriadas criticamente por escolas que conseguiram reinterpretá-las à luz de seus projetos pedagógicos. Esse dado indica que, apesar das limitações estruturais, há margem para autonomia institucional, o que exige maior investimento na formação de gestores e docentes.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos de natureza empírica em diferentes redes públicas de ensino, com o objetivo de compreender como as escolas vêm apropriando-se das políticas educacionais e quais estratégias têm desenvolvido para manter a qualidade

do ensino em meio às exigências normativas. Também se sugere aprofundar investigações sobre os efeitos dessas políticas na formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

7 CONCLUSÃO

O presente artigo permitiu compreender criticamente os efeitos das políticas educacionais na qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas brasileiras, com base na análise dos referenciais teóricos selecionados. A investigação teve como objetivo geral refletir sobre as implicações das diretrizes normativas na organização curricular, nos processos de avaliação e na atuação dos gestores escolares, aspectos que foram sistematicamente desenvolvidos ao longo dos capítulos.

A partir da questão norteadora, “de que maneira as políticas educacionais impactam a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras?”, o estudo evidenciou que tais políticas, apesar de objetivarem a elevação da qualidade da educação básica, frequentemente são formuladas e implementadas sob uma lógica centralizadora e gerencialista, o que tende a limitar a autonomia pedagógica e a capacidade crítica das instituições escolares.

O objetivo geral foi plenamente alcançado, à medida que se demonstrou que a padronização curricular, a valorização excessiva de avaliações externas e as restrições impostas à gestão escolar têm produzido efeitos contraditórios, muitas vezes contrários à melhoria efetiva do ensino. A análise teórica também evidenciou que, embora os gestores escolares ocupem papel estratégico, sua atuação é condicionada por fatores institucionais, formativos e políticos que dificultam o exercício pleno de sua função mediadora.

As principais conclusões obtidas apontam para a necessidade de rever os parâmetros regulatórios da política educacional brasileira, de modo a favorecer processos mais democráticos, contextualizados e comprometidos com a formação integral dos estudantes. Verificou-se também a urgência de políticas de formação continuada para docentes e gestores, capazes de potencializar práticas pedagógicas emancipadoras.

Como sugestão para futuras investigações, propõe-se a realização de estudos de campo que examinem as experiências de escolas que conseguiram ressignificar as políticas educacionais, bem como pesquisas que explorem os efeitos das avaliações em larga escala sobre o planejamento pedagógico cotidiano. Tais estudos poderão contribuir para o aprimoramento do debate sobre a qualidade da educação pública e suas múltiplas determinações.



REFERÊNCIAS

COSTA, O. B. R. da. Análise crítica das diretrizes do plano nacional de educação 2014-2024. *Contexto & Educação*, v. 40, n. 122, p. 189-206, 2025.

MALTA, D. P. de L. N.; ALVES, A. de S.; FRANQUEIRA, A. da S.; GRANDER, A. J.; ROCHA PEREIRA, C.; RAMOS, C. Avaliação de políticas educacionais e o papel do gestor escolar. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 3, p. 014-026, 2025.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. *ARACÊ*, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. *ARACÊ*, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 1, e13702, 2025.

SOUZA, A. de L. et al. Educação no Brasil e na China: uma análise comparada de políticas pedagógicas. *ARACÊ*, v. 7, n. 5, p. 24692-24705, 2025.